

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.239 - SP (2019/0356056-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : RONEI BRANDAO DA SILVA
ADVOGADOS : ALONSO SANTOS ALVARES - SP246387
RAFAEL VALENTINI - SP350642
ENZO VASQUEZ CASAVOLA FACHINI - SP373949
CAIO FERRARIS E OUTRO(S) - SP389518
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por RONEI BRANDÃO DA SILVA contra acórdão proferido pela Décima Quarta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2142173-52.2019.8.26.0000.

De acordo com os autos, o recorrente foi denunciado pela suposta prática de crime contra as relações de consumo, previsto no art. 7º, incisos II e IX, na forma do parágrafo único, da Lei n. 8.137/1990. Segundo a inicial acusatória, o recorrente era gerente do Supermercado Dubom Preço, LTDA., e, no dia 27 de setembro de 2018, a fiscalização encontrou produtos cujas embalagens e tipo estavam em desacordo com as prescrições legais, bem como em condições impróprias para o consumo, em razão de haver expirado o prazo de validade.

A denúncia foi recebida no dia 13 de dezembro de 2018 e, no dia 3 de junho de 2019, foi determinada a suspensão condicional do processo, conforme o art. 89 da Lei n. 9.099/1995.

Em prévia impetração, a defesa postulou o trancamento da ação penal, alegando ausência de justa causa para o seu exercício. Argumenta o recorrente, em síntese, que não houve constatação, por meio de perícia, das condições impróprias para o consumo dos produtos encontrados no depósito do supermercado. Informa que as mercadorias foram apenas fotografadas, sem, contudo, que se fizesse qualquer verificação acerca da impropriedade de consumo dos produtos.

Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão do processo-crime movido em desfavor do paciente e, no mérito o trancamento da ação penal.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

Acerca do tema trazido nesta impetração, o trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida excepcional aplicada nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta ou constatação, *prima facie*, de causa de extinção da punibilidade, ou quando se verifica que não existem indícios mínimos de autoria e materialidade, situações não verificadas no caso destes autos.

Neste caso, o Tribunal de origem afirmou que a acusação relativa à comercialização de produtos vencidos foi afastada, porquanto, de fato, não teria havido comprovação inequívoca da impropriedade para consumo. Entretanto, quanto aos produtos sem informações corretas e precisas, a acusação foi mantida (e-STJ, fl. 206).

Diante desse quadro, verifica-se que o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de

Superior Tribunal de Justiça

primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

